

Aviso para Apresentação de Candidaturas

Código do aviso:	Centro2030-2026-5
Aprovado pela Deliberação CIC:	1/2026/PL, de 6 de janeiro
Data de publicação:	23/02/2026
Natureza do aviso:	Concurso
Âmbito de atuação:	Operações

Designação do aviso:

Apoio a Infraestruturas de Base Tecnológica – Regulamento STEP

Apoio para:

O presente Aviso para Apresentação de Candidaturas (doravante AAC) visa apoiar a capacitação das infraestruturas de base tecnológica da Região Centro de Portugal na prestação de serviços especializados (**serviços associados**) dirigidos ao desenvolvimento e fabrico de **tecnologias críticas** abrangidas pelo [Regulamento \(UE\) 2024/795](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de fevereiro ([Regulamento STEP](#)), que cria a Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa.

Ações abrangidas por este aviso:

1. **São elegíveis** operações conducentes à criação, expansão ou modernização de infraestruturas de base tecnológica da região Centro de Portugal, tendo em vista a sua capacitação em matéria de prestação de serviços específicos de suporte ao desenvolvimento e fabrico de tecnologias críticas abrangidas pelo âmbito de aplicação do Regulamento STEP.
2. São passíveis de apoio as **Tipologias de Operações** previstas nas alíneas a) e b), do artigo 159º, do REITD, na sua redação atual, em concreto:
 - a) **Centros e Interfaces Tecnológicos, nomeadamente:**
 - Centros de Tecnologia e Inovação (CTI), assim reconhecidos ao abrigo do [Despacho nº 15160/2024, de 27 de dezembro](#);
 - Outras infraestruturas de valorização da I&D;
 - b) **Parques de Ciência e Inovação (PCT).**

Entidades que se podem candidatar:

Em observação pelo disposto no **nº 1, do artigo 162º, do REITD**, na sua atual redação, são entidades beneficiárias:

- a) Instituições do ensino superior e seus institutos;

- b) Instituições públicas ou privadas, sem fins lucrativos, que desenvolvam ou participem em atividades de demonstração e transferência tecnológica;
- c) Entidades gestoras de parques de ciência e tecnologia.

Área geográfica abrangida:

O presente AAC tem aplicação exclusiva na região NUTS II - Centro.

A localização do projeto corresponde à região onde irá ser realizado o investimento, sendo admissível o apoio a apenas um estabelecimento por beneficiário.

Período de candidaturas:

O período para apresentação de candidaturas inicia a 23/02/2026 (18 horas) e termina a 30/06/2026 (18 horas).

Dotação fundo indicativa disponível neste aviso:

25.000.000€

Fundo e Taxa máxima de cofinanciamento

FEDER

85%

Programa financiador:

Programa Regional do Centro 2021-2027(Centro 2030).

Entidade gestora do apoio/Organismo Intermédio:

É entidade gestora no presente AAC a Autoridade de Gestão do Centro 2030.

Contactos para mais informações:

Linha dos Fundos 800 10 35 10 (09:00-18:00h - gratuito)

Correio eletrónico: linhadosfundos@linhadosfundos.pt

Finalidades e objetivos:

No dia 1 de março de 2024, entrou em vigor o [Regulamento \(UE\) 2024/795](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de fevereiro (Regulamento STEP), que criou a Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa, assumindo-se como um dos seus principais objetivos a redução da dependência da União Europeia em **tecnologias críticas** aplicáveis a sectores estratégicos para a sua competitividade, soberania e segurança.

Neste contexto, é sublinhada a importância vital de reforço dos denominados “**serviços associados**”, enquanto serviços especializados, de natureza específica e crítica para o desenvolvimento e/ou fabrico dos produtos finais abrangidos pelo Regulamento STEP (conforme decorre do ponto 1.1.2, da [Comunicação da Comissão C \(2024\) 3209](#), de 13 de maio).

Para a prossecução deste objetivo macro assumem particular relevo as infraestruturas de base tecnológica, em particular pelo seu papel de interface entre a produção de conhecimento técnico-científico e o tecido empresarial. Com efeito, são recursos estratégicos para o desenvolvimento regional, com um importante papel de suporte às empresas, bem como para a implementação de políticas públicas alinhadas com os grandes objetivos e desafios europeus nas mais variadas áreas.

Face ao exposto, o presente AAC, a publicar na modalidade de concurso, pretende capacitar as infraestruturas de base tecnológica da Região Centro de Portugal na **prestação de serviços especializados (serviços associados) no quadro das tecnologias críticas** identificadas na alínea a), do nº 1, do artigo 2º, do Regulamento STEP, em concreto:

- i. tecnologias digitais;
- ii. tecnologias limpas e eficientes na utilização de recursos, incluindo tecnologias de impacto zero na aceção do Regulamento Indústria de Impacto Zero;
- iii. biotecnologias, incluindo medicamentos constantes da lista da União de medicamentos críticos e respetivos componentes.

Nos termos do disposto na secção 3 – Condições STEP, da Comunicação da Comissão C (2024) 3209, de 13 de maio, **para ser considerada crítica, a tecnologia deverá preencher uma das seguintes duas condições:**

- a) **Condição 1** - introduz no mercado interno da União um elemento inovador, emergente e de ponta (bastando a combinação de dois desses elementos para que a tecnologia possa ser considerada crítica) e que garanta potencial económico para o mesmo. Assim:
- a1) a tecnologia será inovadora se aportar o critério fundamental da “novidade”, conduzindo a melhorias ou alterações assinaláveis num determinado domínio ou indústria;
 - a2) a tecnologia será emergente se incidir sobre novas tecnologias recentemente desenvolvidas, que podem, por exemplo, resultar da investigação fundamental e estão a começar a ganhar força e a dar sinais promissores de crescimento ou impacto significativos;
 - a3) a tecnologia será de ponta se aportar a tecnologias mais avançadas, inovadoras e sofisticadas, atualmente disponíveis ou em desenvolvimento na União;
 - a4) a tecnologia terá potencial económico se incidir sobre tecnologias suscetíveis de dar resposta a uma variedade de mercados da União (em vez de mercados geograficamente limitados) ou de ter um impacto substancial no desenvolvimento ou no fabrico da tecnologia.

b) **Condição 2** - contribui para reduzir ou prevenir as dependências estratégicas da União, bastando a combinação de pelo menos dois dos seguintes fatores para que se conclua pelo preenchimento da condição:

- b1) Contribui para a liderança industrial e tecnológica da União;
- b2) Contribui para as infraestruturas críticas a nível europeu;
- b3) Potencia a capacidade de fabrico de matérias-primas críticas, componentes essenciais ou das cadeias de valor dentro da União;
- b4) Reforça a segurança do aprovisionamento de fatores de produção, componentes e tecnologias críticos na União;
- b5) Promove efeitos transfronteiriços positivos no mercado interno.

Os domínios e tecnologias integradas em cada um dos três sectores referidos encontram-se detalhados na Comunicação da Comissão (UE) nº C (2024) 3209, de 13 de maio, bem como no Anexo C do AAC.

Dotação:

Programa	Centro2030 - Programa Regional do Centro 2021-2027			
Prioridade do Programa	1C - Inovação e Competitividade (STEP) – Centro			
Objetivo Específico	RSO1.6 - Apoiar investimentos que contribuem para os objetivos STEP a que se refere o artigo 2º do Regulamento (UE) 2024/795			
Tipologia de Ação	RSO1.6-04 - Transferência de conhecimento e tecnologia (RSO1.6) STEP			
Tipologia de Intervenção	RSO1.6-04-01 - Infraestruturas e equipamentos tecnológicos (RSO1.6) STEP			
Tipologia de Operação	1023 – Centros e Interfaces Tecnológicos 1024 – Parques de Ciência e Tecnologia			
Fundo	Dotação Fundo	Taxa Máxima	Dotação Nacional	Fonte de Financiamento Nacional disponível
FEDER	25.000.000,00€	85%	N.A.	N.A.
Dotação Global	25.000.000,00€	85%	N.A.	N.A.

A dotação global identificada tem a seguinte alocação por Tipologia de Operação (indicativa):

TO 1023 - Centros e Interfaces Tecnológicos	15.000.000,00€
TO 1024 – Parques de Ciência e Tecnologia	10.000.000,00€

Enquadramento em instrumentos territoriais:

Não aplicável.

Legislação nacional:

Tem política pública regulada ou contribui para uma Agenda ou Estratégia Nacional?

☐

Não

☒

Sim

Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS3 Centro) ([ver aqui](#))

Tem regulamento específico?

☐

Não

☐

Sim.

Portaria n.º 103-A/2023, de 12 de abril, na sua atual redação, que aprova o Regulamento Específico da área temática Inovação e Transição Digital (REITD) ([ver aqui](#))

Ações elegíveis:

1. **São elegíveis** operações conducentes à criação, expansão ou modernização de infraestruturas de base tecnológica da região Centro de Portugal, tendo em vista a sua capacitação em matéria de prestação de serviços específicos de suporte ao desenvolvimento e fabrico de tecnologias críticas abrangidas pelo âmbito de aplicação do Regulamento STEP.
2. Em observação pelo disposto no artigo 159º, do REITD, na sua redação atual, **são passíveis de apoio as Tipologias de Operações** previstas nas alíneas a) e b), do artigo 159º, do REITD, na sua redação atual, em concreto:
 - a) **Centros e Interfaces Tecnológicos**, enquanto infraestruturas que prestam serviços científicos e tecnológicos de alto valor acrescentado. nomeadamente:
 - Centros de Tecnologia e Inovação (CTI), assim reconhecidos ao abrigo do Despacho nº 15160/2024, de 27 de dezembro;
 - Outras infraestruturas de valorização da I&D;
 - b) **Parques de Ciência e Inovação (PCT)**, enquanto infraestruturas constituídas por espaços de acolhimento e interação, organizados e estabelecidos com o objetivo principal de estimular o fluxo de conhecimentos e de tecnologias entre entidades não empresariais do sistema de I&I e as empresas.

Entidades beneficiárias (incluindo destinatários, quando relevante):

Em observação pelo disposto no nº 1, do artigo 162º, do REITD, na sua atual redação, são entidades beneficiárias:

- a) Instituições do ensino superior e seus institutos;
- b) Instituições públicas ou privadas, sem fins lucrativos, que desenvolvam ou participem em atividades de demonstração e transferência tecnológica;
- c) Entidades gestoras de parques de ciência e tecnologia.

Condições específicas ou normas técnicas a observar pelos beneficiários ou operações:

1. APLICÁVEIS AO BENEFICIÁRIO:

- 1.1. A entidade beneficiária deve reunir, desde a data de apresentação da candidatura, sem prejuízo do disposto nas alíneas b) e c), e até à data da conclusão da operação, os requisitos de elegibilidade definidos no **artigo 14º, do Decreto-Lei nº 20-A/2023, de 22 de março**, na sua atual redação, em concreto:
 - a) Estar legalmente constituída e devidamente registada, incluindo no Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) relativamente às pessoas que os controlem, quando aplicável;

- b) Ter a respetiva situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social (a verificar à data de apresentação da candidatura ou, na sua impossibilidade, nos momentos da aprovação da operação e dos respetivos pagamentos);
- c) Ter a situação regularizada em matéria de restituições no âmbito dos fundos europeus, incluindo os apoios concedidos pelo Plano de Recuperação e Resiliência (a verificar à data de apresentação da candidatura ou, na sua impossibilidade, nos momentos da aprovação da operação e dos respetivos pagamentos);
- d) Encontrar-se legalmente habilitado a desenvolver a respetiva atividade;
- e) Dispor ou poder assegurar recursos humanos próprios, bem como os meios técnicos e materiais necessários à execução da operação;
- f) Apresentar uma situação económico-financeira equilibrada e demonstra ter capacidade de financiamento da operação;
- g) Possuir conta bancária aberta em instituição legalmente habilitada a atuar em território nacional;
- h) Não deter, nem ter detido, nos últimos três anos, por si ou pelo seu cônjuge, separado ou não de pessoas e bens, ou pelos seus ascendentes e descendentes até ao primeiro grau, capital numa percentagem superior a 50 %, em entidades com situação não regularizada em matéria de restituições no âmbito dos fundos europeus;
- i) Não se encontrar impedido ou condicionado no acesso a apoios nos termos do artigo 16º;
- j) Não ter pendente processos de injunção de recuperação de auxílios ilegais, nos termos da regulamentação europeia;
- k) Não se encontrar em processo de insolvência.

1.2. A entidade beneficiária deve reunir, à data da candidatura e até à conclusão da operação, os requisitos de elegibilidade estipulados **no artigo 124º e nº 2, do artigo 162º, do REITD**, na sua redação atual, em concreto:

- a) Apresentar uma situação económico-financeira equilibrada e demonstrar ter capacidade de financiamento da operação, nos termos definidos no Anexo III do referido Regulamento;
- b) Declarar não ter salários em atraso;
- c) Dispor de contabilidade organizada nos termos da legislação aplicável;
- d) Ter como missão atividades em áreas relacionadas com a operação a realizar;
- e) Estar localizado, através da sede ou de estabelecimento com atividade regular e efetiva na região NUT II – Centro e desenvolver a partir desta a gestão e implementação da operação;
- f) Evidenciar capacidade interna, em termos de recursos humanos e financeiros, para executar as ações propostas, com vista à concretização dos resultados previstos.

1.3. Para além das obrigações gerais definidas no **artigo 4º, do Decreto-Lei nº 20-A/2023, de 22 de março**, na sua redação atual, a entidade beneficiária deve dar cumprimento às obrigações estipuladas nos **nºs 1 e 2, do artigo 15º, do mesmo Decreto-Lei**, em concreto:

- a) Executar a operação nos termos e condições aprovados, nomeadamente em relação ao calendário de implementação e ao cumprimento dos indicadores de realização e de resultado;

- b) Permitir o acesso aos locais de realização da operação e àqueles onde se encontrem os elementos e documentos necessários ao acompanhamento e controlo da operação aprovada;
- c) Conservar os documentos relativos à realização da operação, sob a forma de documentos originais ou de cópias autenticadas, em suporte digital, quando legalmente admissível, ou em papel, durante o prazo de cinco anos, a contar de 31 de dezembro do ano em que é efetuado o último pagamento ao beneficiário, ou pelo prazo fixado na legislação nacional aplicável ou na legislação específica em matéria de auxílios de Estado, se estas fixarem prazo superior, sem prejuízo das situações de interrupção do prazo em caso de processo judicial ou a pedido da Comissão Europeia;
- d) Publicitar os apoios, em conformidade com o disposto na legislação europeia e nacional aplicável, assegurando a inclusão das insígnias do programa ou dos programas financiadores do Portugal 2030 e da União Europeia nas infraestruturas, no respetivo sítio da Internet, nos materiais de divulgação e comunicação, nomeadamente nos anúncios publicados ou editados por qualquer meio de comunicação, nos diplomas ou certificados, nos documentos relativos a seminários, ações de formação ou a outros eventos;
- e) Manter as condições legais necessárias ao exercício da atividade;
- f) Dispor de conta bancária aberta em instituição legalmente habilitada a atuar em território nacional;
- g) Restituir todos os montantes indevidamente recebidos;
- h) Manter a respetiva situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;
- i) Dispor de um sistema de contabilidade organizada ou simplificada, de acordo com o legalmente exigido;
- j) Garantir a existência de um processo técnico e contabilístico relativo à operação, preferencialmente em suporte digital, com toda a documentação relacionada com a mesma, devidamente organizada, utilizando para o efeito um sistema de contabilidade para todas as transações referentes à operação;
- k) Fornecer os elementos necessários às atividades de monitorização e de avaliação das operações, garantido o acesso, nomeadamente, a dados pessoais de que sejam titulares ou de terceiros envolvidos nas operações por si tituladas, em estreita observância pelas regras e princípios relativos à proteção de dados pessoais e pelo disposto no artigo 7º;
- l) Adotar comportamentos que respeitem os princípios da transparência, da concorrência e da boa gestão dos dinheiros públicos, de modo a prevenir situações suscetíveis de configurar conflito de interesses, designadamente nas relações estabelecidas entre os beneficiários e os seus fornecedores ou prestadores de serviços;
- m) Não ter apresentado a mesma candidatura a outro instrumento de apoio, no âmbito da qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência;
- n) **No caso de o custo total elegível apurado em sede decisão final ser superior a 500.000€, o beneficiário está obrigado à realização de um vídeo**, com uma duração não inferior a um minuto, para apresentação da operação, respetivos objetivos e resultados, com cedência de direitos de autor à entidade financiadora.

1.4. A entidade beneficiária deve dar cumprimento às obrigações estipuladas nos **artigos 128º e 167º, do REITD**, na sua redação atual, em concreto:

- a) Permitir a divulgação, em plataforma de acesso livre, do âmbito e dos resultados da operação;
- b) Comunicar à autoridade de gestão todas as ações públicas de disseminação de resultados da operação, quando aplicável, com uma antecedência nunca inferior a 10 dias úteis;
- c) Disponibilizar, nos prazos estabelecidos, os elementos que lhes forem solicitados pelas entidades com competências para o acompanhamento, avaliação de resultados, controlo e auditoria;
- d) Solicitar autorização para todas as alterações ou ocorrências relevantes que ponham em causa os pressupostos relativos à aprovação da operação;
- e) Não afetar a outras finalidades, locar, alienar ou por qualquer outro modo onerar, os bens e serviços adquiridos no âmbito da operação apoiada, sem prévia autorização da entidade competente para a decisão, durante o período de cinco anos a contar da data do pagamento do saldo final ao beneficiário;
- f) Cumprir os normativos em matéria de contratação pública relativamente à execução da operação, sempre quando aplicável;
- g) Iniciar a execução da operação no prazo máximo de 90 dias úteis contados da data de início constante da decisão de aprovação, salvo por motivo devidamente fundamentado e aceite pela autoridade de gestão;
- h) Assegurar que os investimentos realizados se encontram alinhados com o Princípio «Não Prejudicar Significativamente» (DNSH), conforme previsto no artigo 125º;
- i) Nas operações de infraestruturas com um prazo de vida útil previsto de, pelo menos, cinco anos, demonstrar que as mesmas asseguraram a resistência às alterações climáticas, de acordo com o definido na alínea j). do nº 2, do artigo 73º, do Regulamento (UE) nº 2021/1060, de 24 de junho;
- j) Manter a infraestrutura apoiada afeta à respetiva atividade e na localização geográfica definida na operação, e em condições de utilização de pelo menos durante cinco anos a contar da data do pagamento do saldo final;
- k) No caso de a operação prever obras de construção, remodelação ou expansão de edifícios e ou a aquisição de equipamentos, para efeitos do cumprimento do princípio «Não Prejudicar Significativamente» e quando aplicável:
 - i. Adotar as tecnologias mais avançadas no apetrechamento das infraestruturas, permitindo também a incorporação de fontes de energia renovável;
 - ii. Adotar comportamentos e práticas de sustentabilidade ambiental no planeamento e realização de obras de construção, remodelação ou expansão de edificado, designadamente:
 - Cumprir o Decreto-Lei nº 102-D/2020, de 10 de dezembro, na sua redação atual, que aprova o Regime Geral de Gestão de Resíduos, o Regime Jurídico de Deposição de Resíduos em Aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, transpondo as Diretivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852;
 - Cumprir as normas EN 16516 e ISO 16000 -3, sendo proibida a utilização de materiais que contenham substâncias danosas para o ambiente e as pessoas;
 - Incluir medidas de supressão de ruído e mitigação de poeiras, provenientes dos trabalhos de construção;

- Garantir que das obras efetuadas resultará a redução do uso de energia e o aumento da eficiência energética e térmica do edificado, face à situação pré-projeto, quando aplicável;
- Garantir a utilização de materiais reciclados e o cumprimento do Protocolo de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição da União Europeia.

l) No caso de novas construções, deve ser assegurado o cumprimento do requisito NZEB+20%, ou seja, deve ser assegurado um indicador de desempenho energético, relativo ao consumo de energia primária total do edifício inferior em, pelo menos, 20%, ao requisito aplicável aos edifícios NZEB (edifícios com necessidades quase nulas de energia).

1.5. Adicionalmente, e em observação pelo disposto no **nº 1, do artigo 21º, Decreto-Lei nº 20-A/2023**, de 22 de março, na sua redação atual, o beneficiário deve assegurar que o custo elegível total da operação não foi, nem se encontra a ser cofinanciado em qualquer outra operação do mesmo fundo europeu, de outro fundo europeu, ou de outro instrumento da União Europeia.

2. APLICÁVEIS À OPERAÇÃO:

2.1. A operação deve dar cumprimento aos requisitos de elegibilidade estipulados no **artigo 19º, do Decreto-Lei nº 20-A/2023**, de 22 de março, na sua redação atual, em concreto:

- a) Estar em conformidade com os programas aprovados, incluindo as respetivas condicionantes de programação;
- b) Estar em conformidade com as políticas setoriais e territoriais em vigor na respetiva área de incidência, quando aplicável;
- c) Estar em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, designadamente a regulamentação específica;
- d) Demonstrar o cumprimento dos requisitos mínimos fixados pela autoridade de gestão na regulamentação específica ou nos avisos para apresentação de candidaturas, incluindo, quando aplicável, as condições decorrentes da aferição do princípio «não prejudicar significativamente», bem como critérios ambientais, energéticos e sociais;
- e) Justificar a necessidade, a oportunidade e os resultados a atingir com a realização da operação;
- f) Incluir indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o contributo da operação para os respetivos objetivos.

2.2. A operação deve dar cumprimento aos requisitos de elegibilidade estipulados no **artigo 161º, do REITD**, na sua redação atual, em concreto:

- a) Inserir-se nos domínios prioritários da estratégia regional de investigação e inovação para uma especialização inteligente (RIS3 Centro), devendo as operações ainda evidenciar o seu alinhamento com as prioridades resultantes do processo regular de descoberta empreendedora enquadrada no quadro dos mecanismos de governação da referida estratégia;

- b) Demonstrar o carácter prioritário do projeto através de uma análise das insuficiências regionais — territoriais e setoriais ou temáticas, de falhas de mercado e da procura das empresas e da apresentação de um programa de atividades da infraestrutura tecnológica, incluindo a demonstração de capacidade interna, em termos de recursos humanos, financeiros, equipamentos e outros;
- c) Demonstrar, caso o apoio configure um auxílio de Estado, o cumprimento do efeito de incentivo, em observação pela definição constante na alínea d) do artigo 3º.

3. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE ACESSO:

3.1. Aplicáveis ao beneficiário:

- a) O beneficiário deve demonstrar que tem competências ao nível da produção da transferência de conhecimento e tecnologia no sector tecnológico STEP a que concorre e que essas competências são centrais na sua atividade atual;
- b) O beneficiário não pode ter, à data de submissão da candidatura, projetos em execução ou com processo de decisão em curso no âmbito de outros avisos publicados pelo Centro2030 para as mesmas tipologias de operações, em particular no âmbito do Aviso nº Centro2030-2025-31;
- c) O beneficiário deve evidenciar a maturidade da operação, nos seguintes termos:
 - i) Evidenciar documentalmente a legitimidade para intervir nas instalações físicas a intervencionar pelo projeto (se propriedade do beneficiário: Certidão atualizada da Conservatória do Registo Predial; se não propriedade do beneficiário: outro título jurídico válido, como por exemplo, direito de superfície, comodato, arrendamento, entre outros e certidão atualizada da Conservatória do Registo Predial do titular das instalações/edifício);
 - ii) No caso de a operação prever obras de construção de uma nova edificação sujeitas a controlo prévio pela autarquia competente ao abrigo do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), regulado pela Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação:
 - quando sujeitas a procedimento administrativo de comunicação prévia, deve ser comprovada a apresentação da comunicação prévia, não rejeitada pela entidade competente;
 - quando seja legalmente exigida a instrução de um procedimento de licenciamento, deve ser comprovada a aprovação do projeto de arquitetura pelas entidades competentes, bem como a existência de todos os pareceres legalmente exigíveis;
 - iii) No caso de a operação prever obras de construção de uma nova edificação isentas de controlo prévio ao abrigo do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), regulado pela Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, o beneficiário deve apresentar cópia do parecer prévio não vinculativo emitido pela autarquia competente, o qual deve ser por esta emitido no prazo de 20 dias a contar da data de receção do respetivo pedido.

3.2. Aplicáveis à operação:

- a) A operação deve enquadrar-se num único sector tecnológico abrangido pelo Regulamento STEP (tecnologias digitais; tecnologias limpas e eficientes na utilização de recursos; ou biotecnologias);
- b) A operação deve contribuir para as finalidades e objetivos da iniciativa STEP, em particular ao nível dos serviços associados que pretende colocar à disposição das empresas;
- c) O prazo máximo de execução da operação a prever em candidatura é de até 30 meses, podendo o mesmo ser prorrogado, em sede de execução e por até mais 12 meses, em casos devidamente justificados e aceites pela Autoridade de Gestão do Programa;
- d) No caso de a infraestrutura ter sido financiada há menos de 10 anos, a operação não pode contribuir para uma alteração substancial da função/atividade para a qual foi apoiada;
- e) A operação deve ter o início dos trabalhos em data posterior à data de submissão da candidatura, sendo que a existência de quaisquer custos incorridos em data anterior a essa data (com exceção dos custos relativos a trabalhos preparatórios, como sejam projetos técnicos/arquitetura) determina a não elegibilidade da candidatura;
- f) O apoio a conceder (valor do Fundo) está limitado, ainda que a título indicativo, aos valores máximos de 6.000.000€ para operações que integrem empreitadas de construção e de 2.000.000€ para operações que não integrem empreitadas de construção civil (apenas investimentos em equipamento, incluindo obras de adaptação de espaços para sua instalação);
- g) Para efeitos de seleção para cofinanciamento, a candidatura não pode ter um custo total elegível apurado em sede de análise inferior a 200.000€;
- h) O apoio a conceder está limitado a um estabelecimento por beneficiário.

Modalidade de apresentação de candidaturas

Individual

Número máximo de candidaturas

1

Duração das operações

30 meses

Condições de atribuição de financiamento das operações:

1. O apoio a conceder é calculado através da aplicação às despesas elegíveis de uma **taxa máxima de cofinanciamento de 85%**, sem prejuízo do disposto no campo “Auxílios de Estado” e no Anexo F, do AAC.
2. O apuramento do apoio a conceder observa o disposto no **artigo 167ºA - Receitas, do REITD**, na sua redação atual, nos termos e condições constantes do Anexo E, do AAC.
3. Nos termos do artigo 165º, do REITD, na sua redação atual, para as mesmas despesas elegíveis, o apoio concedido ao abrigo do presente AAC não é cumulável com quaisquer outros da mesma natureza.
4. Para efeitos de hierarquização e potencial seleção para cofinanciamento, as operações devem obter **uma pontuação final de MP igual ou superior a 3,00.**

Auxílios de Estado:

☒ Aplicável?	Enquadrar:	☒ Regulamento Geral de Isenção de Categoria
		☐ Auxílios <i>de minimis</i>
		☐ Notificação à Comissão Europeia
		☐ Serviço de Interesse Económico Geral
☒ Não Aplicável?	Fundamentar:	

Ver regras e condições integradas no Anexo F, do AAC.

Formas de apoios:

O apoio a conceder no âmbito do presente AAC reveste a forma de subvenção, na forma de custos reais, em observação pelo disposto no artigo 163º, do REITD, na sua redação atual.

☒ Subvenção			
☒ Custos reais			
☐ Custos Unitários	☐ Em programa	Data da decisão	n.a.
	☐ Nacional	Deliberação CIC nº	n.a.
☐ Montantes Fixos	☐ Em programa	Data da decisão	n.a.
	☐ Nacional	Deliberação CIC nº	n.a.
☐ Taxa Fixa			
☐ Financiamento não associado a custos	Data da decisão	n.a.	
☐ Instrumento financeiro			

Custos elegíveis:

1. **São elegíveis** no presente AAC, em observação pelo disposto no nº 1, do artigo 166º, do REITD, na sua redação atual, devidamente complementado pelas regras ou limites definidos no campo seguinte, as seguintes tipologias de custos:
 - a) Empreitadas de construção de novos edifícios e/ou obras de adaptação de espaços físicos;
 - b) Aquisição de serviços de elaboração dos projetos técnicos (arquitetura e especialidades) e serviços de fiscalização;
 - c) Aquisição de equipamentos, sistemas de informação e comunicação;
 - d) Aquisição de software;

- e) Revisão de preços;
 - f) IVA associado aos custos anteriores.
2. **Não são elegíveis** no presente AAC quaisquer outras tipologias de custos que não as previstas no nº 1, bem como as despesas previstas no nº 5, do artigo 20º, do Decreto-Lei nº 20/A/2023, de 22 de março, e no nº 1, do artigo 127º, do REITD, nas suas redações atuais.

Regras ou limites específicos à elegibilidade de despesa (quando aplicável):

1. De forma transversal, consideram-se elegíveis as despesas que cumpram, cumulativamente, os seguintes requisitos:
 - a) Sejam suscetíveis de financiamento nos termos da legislação comunitária e nacional relativa ao FEDER, atenta a sua natureza e limites máximos;
 - b) Estejam diretamente relacionados com o desenvolvimento da operação e sejam efetuadas em condições de mercado e a entidades fornecedoras com capacidade para o efeito;
 - c) Cumpram com os princípios da racionalidade económica, eficiência e eficácia e da relação custo/benefício;
 - d) Sejam efetivamente incorridas e pagas pelo beneficiário para a execução do plano de trabalhos que integram a candidatura aprovada pela autoridade de gestão e para os quais haja relevância contabilística e evidência fáctica dos respetivos bens e serviços;
 - e) Sejam incorridas e pagas após a data de submissão da candidatura.
2. As tipologias de custos estipuladas na alínea b), do nº 1, dos Custos Elegíveis, são passíveis de cofinanciamento desde que diretamente associados às empreitadas previstas na candidatura e estas forem consideradas elegíveis.
3. A tipologia de custo estipulada na alínea c), do nº 1, dos Custos Elegíveis, tem a sua elegibilidade limitada a equipamentos específicos, de natureza técnica e/ou tecnológica demonstrada, não sendo elegíveis equipamentos ditos “gerais” e não dirigidos e/ou de suporte às atividades do projeto.
4. A tipologia de custo elegível estipulada na alínea d), do nº 1, dos Custos Elegíveis, tem a sua elegibilidade limitada a despesas com software específico necessário ao pleno funcionamento dos equipamentos técnicos e científico-tecnológicos, não sendo elegível software de cariz genérico.
5. Em sede de candidatura não poderão ser propostos custos com revisões de preços. O seu cofinanciamento apenas poderá ocorrer em sede de execução, mediante reprogramação da operação, e desde que suportada em Índices Definitivos e existir disponibilidade financeira do Programa.
6. O valor do IVA associado aos Custos Elegíveis da operação é passível de cofinanciamento desde que não seja recuperado, ou passível de recuperação, pela entidade beneficiária.

Formas de pagamento:



Adiantamentos %



Reembolso



Contra fatura

Conforme disposto no artigo 130º, do REITD, na sua redação atual, os pagamentos aos beneficiários obedecem ao disposto no artigo 28º, do Decreto-Lei nº 20-A/2023, de 22 de março.

Assim, e em observação pelo disposto nos n.ºs 1 e 2, do artigo 28.º, do Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março, os pagamentos aos beneficiários são efetuados, no presente AAC, nos seguintes termos:

- a) Adiantamento inicial no valor de 10% do valor total aprovado;
- b) Reembolso;
- c) Saldo final.

O pedido de pagamento de Saldo Final deve ser apresentado à respetiva Autoridade de Gestão até 90 dias úteis a contar da data de conclusão da operação, podendo este prazo ser prorrogado mediante justificação fundamentada a apresentar à Autoridade de Gestão.

O beneficiário tem direito ao reembolso das despesas até 95 % do montante total aprovado, ficando o pagamento restante condicionado à confirmação da execução da operação, na sequência da apresentação e análise do pedido de pagamento de saldo final.

INDICADORES:

São indicadores de realização:

- RPO035: Grau de concretização das atividades previstas no projeto (%)
- RCO06: Investigadores que trabalham em instalações de investigação apoiadas (ETI anuais)

Em que:

Programa	Centro2030 - Programa Regional do Centro 2021-2027	
Tipologia de intervenção	RSO1.6-04-01 - Infraestruturas e equipamentos tecnológicos (RSO1.6) STEP	
Tipologia de operação	1023 - Centros e Interfaces Tecnológicas 1024 – Parques de Ciência e Inovação	
Código do indicador	Designação do indicador	Unidade
RPO035	Grau de concretização das atividades previstas no projeto	%
Descrição	Este indicador pretende avaliar o grau de concretização das atividades previstas no projeto.	
Método de cálculo	O indicador será apurado à data de conclusão do projeto, nos seguintes termos: (somatório das atividades realizadas / somatório das atividades previstas no projeto)*100	

Programa	Centro2030 - Programa Regional do Centro 2021-2027	
Tipologia de intervenção	RSO1.6-04-01 - Infraestruturas e equipamentos tecnológicos (RSO1.6) STEP	
Tipologia de operação	1023 - Centros e Interfaces Tecnológicas 1024 – Parques de Ciência e Inovação	
Código do indicador	Designação do indicador	Unidade
RCO06	Investigadores que trabalham em instalações de investigação apoiadas	Equivalente anual em tempo integral (ETI anual)
Descrição	Número de investigadores que utilizam diretamente, na sua atividade, o centro de investigação ou o equipamento para o qual o apoio é concedido. O indicador é medido em	

	termos de equivalentes anuais em tempo inteiro (ETI), calculados de acordo com a metodologia fornecida no Manual Frascati 2015 da OCDE. Os cargos não ocupados de I&D não são contabilizados, nem o pessoal de apoio a I&D (ou seja, cargos não diretamente envolvidos em atividades de I&D). Um investigador é contabilizado apenas uma vez, em cada objetivo específico. Um centro de investigação pode receber apoio várias vezes, no entanto, o mesmo investigador só deve ser contabilizado uma vez.
Método de cálculo	Somatório do número de investigadores (em ETI anuais) que trabalham em instalações de investigação apoiadas ou com equipamentos melhorados, no ano do início do projeto. O indicador é apurado no mês anterior à data de submissão da candidatura.

É indicador de resultado:

- RCR102: Empregos de investigação criados nas entidades apoiadas (ETI Anuais)

Em que:

Programa	Centro2030 - Programa Regional do Centro 2021-2027	
Tipologia de intervenção	RSO1.6-04-01 - Infraestruturas e equipamentos tecnológicos (RSO1.6) STEP	
Tipologia de operação	1023 - Centros e Interfaces Tecnológicos 1024 – Parques de Ciência e Inovação	
Código do indicador	Designação do indicador	Unidade
RCR102	Empregos de investigação criados nas entidades apoiadas	Equivalente anual em tempo integral (ETI anual)
Descrição	Número de postos de trabalho de investigação criados em termos de equivalentes médios anuais a tempo inteiro (ETI). O ETI anual do pessoal de I&D é definido como o rácio das horas de trabalho efetivamente gastas em I&D durante um ano civil dividido pelo número total de horas legalmente trabalhadas no mesmo período por um indivíduo ou grupo. Uma pessoa em tempo integral será identificada com referência ao seu estatuto no emprego, o tipo de contrato (tempo inteiro ou tempo parcial) e seu nível de envolvimento em funções de I&D.	
Método de cálculo	Somatório dos postos de trabalho de investigação criados como resultado do apoio, medidos em termos de equivalentes anuais em tempo integral (ETI). O indicador é apurado à data de conclusão da operação.	

Consequências do incumprimento dos indicadores:

Nos termos do nº 2, do artigo 22º, do Decreto-Lei nº 20-A/2023, de 22 de março, e para efeitos de redução do financiamento ou revogação da decisão de aprovação das candidaturas apoiadas, é estabelecido o seguinte mecanismo de avaliação do grau de concretização dos indicadores de realização e de resultado contratualizados:

- Quando a média de realização dos indicadores contratualizados for igual ou superior a 85% não há lugar a qualquer penalização;
- Quando a média de realização dos indicadores contratualizados for igual ou superior a 50% mas inferior a 85%, terá lugar uma redução de meio ponto percentual sobre a despesa total elegível executada por cada ponto percentual de

desvio negativo face ao limiar de 85%. A redução máxima daqui decorrente está limitada a 10% da despesa total elegível executada;

- Quando a média de realização dos indicadores contratualizados for inferior a 50%, a decisão de aprovação do projeto é revogada, havendo lugar à total reposição do apoio recebido pelo beneficiário. Esta medida poderá não ser adotada pela Autoridade de Gestão em casos devidamente justificados pelos beneficiários e decorrentes de motivos não passíveis de previsão aquando da aprovação da candidatura e que, de forma objetiva, não lhes sejam imputáveis.

Mecanismos de bonificação (Quando aplicável): Não aplicável.

Critérios de seleção das operações aprovados em: 11/02/2026

Obrigações dos beneficiários em matéria de notoriedade, transparência e comunicação:

Os beneficiários estão obrigados à publicitação dos apoios, em conformidade com o disposto na legislação europeia (Regulamento (UE) 2021/1060, de 24 de junho) e nacional (Decreto-Lei nº 20-A/2023, de 22 de março) aplicável, assegurando a inclusão das insígnias do programa ou dos programas financiadores do Portugal 2030 e da União Europeia nos estabelecimentos apoiados, no seu sítio da internet, e nos materiais de divulgação e comunicação.

Sem prejuízo do referido no parágrafo anterior, sublinha-se que no caso de o custo total elegível apurado em sede decisão final ser superior a 500.000€, o beneficiário está obrigado à realização de um vídeo, com uma duração não inferior a um minuto, para apresentação da operação, respetivos objetivos e resultados, com cedência de direitos de autor à entidade financiadora.

O incumprimento das obrigações de comunicação pode dar origem à redução do apoio, sendo a redução determinada em função da gravidade do incumprimento, até 3% do Fundo Europeu aprovado para a operação.

Tratamento de Dados Pessoais:

Os beneficiários devem assegurar o cumprimento das regras do Regulamento Geral de Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, relativamente a dados pessoais que disponibilizem para efeitos de candidatura e sua execução.

Outras entidades que intervêm no processo:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I.P., na qualidade de entidade responsável pela coordenação da EREI – RIS3 CENTRO 21-27.

A Autoridade de Gestão poderá recorrer a serviços externos para avaliação de parâmetros cuja complexidade assim determine.

Processo de admissão e seleção das candidaturas

Apresentação:

A apresentação das candidaturas é efetuada através da submissão de formulário eletrónico no Balcão dos Fundos (<https://balcaofundosue.pt/>), doravante designado por Balcão2030 devendo ser instruídas de acordo com o previsto no artigo 6.º do Decreto-Lei nº 20-A/2023, de 22 de março.

A candidatura deve contemplar os documentos adicionais, constantes no Anexo B “Documentos necessários para apresentar uma candidatura”, a anexar ao formulário de candidatura.

Previamente à apresentação das candidaturas, os beneficiários devem efetuar o seu registo e autenticação no Balcão. Com essa autenticação é criada uma área reservada para o beneficiário, a qual conta com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza das operações, a região ou o Programa a que pretende candidatar-se. Nessa área reservada reside uma série de dados relativos à caracterização dos beneficiários, os quais devem ser atualizados, confirmados e completados, servindo de suporte às candidaturas apresentadas ao Portugal 2030.

Quais são os critérios de seleção:

A metodologia para seleção das operações é baseada no indicador de Mérito do Projeto (MP), determinado pela soma ponderada das pontuações obtidas de acordo com a seguinte fórmula:

$$MP = 20\%*A + 30\%*B + 10\%*C + 40\%*D$$

em que:

A. Adequação à Estratégia

B. Qualidade

C. Capacidade de Execução

D. Impacto

A pontuação dos subcritérios é atribuída numa escala compreendida entre 1 e 5, correspondendo à seguinte apreciação:

5 pontos	Muito Bom	A candidatura endereça todos os aspetos relevantes do critério de seleção, não existindo debilidades de relevo a registar.
4 pontos	Bom	A candidatura endereça o critério de seleção com elevada qualidade, com pontuais debilidades.
3 pontos	Suficiente	A candidatura endereça o critério de seleção com elevada qualidade, com moderadas debilidades.
2 pontos	Insuficiente	A candidatura não endereça suficientemente o critério de seleção, existindo debilidades significativas.
1 ponto	Muito Insuficiente	O critério de seleção não é endereçado de forma adequada.

O resultado do MP é arredondado às centésimas.

Para efeitos de hierarquização e seleção para cofinanciamento, as operações devem obter **uma pontuação final de MP igual ou superior a 3,00.**

As operações que cumpram este requisito são objeto de hierarquização por ordem decrescente do MP e selecionadas até ao limite da dotação orçamental definida no AAC, fixando-se o limiar de seleção do concurso.

Em caso de empate, o critério de desempate será em função da operação com maior pontuação no critério D, posteriormente no critério B e, por fim, a data da entrada de candidatura (dia/hora/minuto/segundo).

Como funciona o processo de análise e decisão das candidaturas

Calendário de candidaturas:

Abertura:	23/02/2026 (18 horas)
Fecho:	30/06/2026 (18 horas)
Análise:	60 dias úteis após o fecho do Aviso
Data Limite para a comunicação da decisão aos candidatos	5 dias úteis após a data de decisão sobre a candidatura

A Autoridade de Gestão do Centro2030 pode suspender a receção de candidaturas no âmbito de presente Aviso para Apresentação de Candidaturas a qualquer momento, através de comunicação prévia a publicar nos locais definidos no Ponto «Onde são comunicadas as decisões às entidades candidatas» com uma antecedência mínima de 3 dias úteis em relação à data estabelecida para a suspensão.

Processo de Análise das candidaturas:

O processo de análise das candidaturas integra as seguintes fases principais:

- Verificação dos requisitos de elegibilidade do beneficiário previstos na regulamentação geral dos Fundos Europeus, no REITD, na sua redação atual, e no presente aviso;
- Verificação dos requisitos de elegibilidade definidos para a operação na regulamentação geral dos Fundos Europeus, no REITD, na sua redação atual, e no presente aviso;
- Avaliação do mérito do projeto, com base na metodologia e nos critérios de seleção aprovados;
- Decisão sobre o financiamento da operação, tendo em conta as disponibilidades financeiras.

Processo de Decisão das candidaturas:

O processo de decisão das candidaturas observa o disposto no artigo 25º, do Decreto-Lei nº 20-A/2023, de 22 de março, sendo de destacar o seguinte:

- A decisão sobre as candidaturas pode ser de: i) Aprovação, total ou parcial face ao solicitado; ii) Não aprovação; iii) Aprovação condicionada à satisfação de determinados requisitos, cuja verificação pode ocorrer em momento posterior, nos termos previstos na decisão de aprovação da autoridade de gestão, sob pena da respetiva caducidade;
- A decisão fundamentada sobre as candidaturas é proferida no prazo de 60 dias úteis contados a partir do 1º dia útil seguinte à data de fecho do Aviso, conforme disposto no nº 1, do artigo 25º, do Decreto-Lei nº 20-A/2023, de 22 de março;

- A decisão é notificada ao candidato no prazo máximo de 5 dias úteis a contar da sua emissão, conjuntamente com o Termo de Aceitação (aplicável no caso de decisão favorável), conforme disposto no nº 2, do artigo 25º, do Decreto-Lei nº 20-A/2023, de 22 de março;
- O prazo de 60 dias úteis para tomada de decisão não inclui o prazo legalmente previsto para audiência de interessados e pode ser alargado por até mais 30 dias úteis, nas condições definidas no nº 3, do artigo 25º do Decreto-Lei nº 20-A/2023, de 22 de março;
- Da mesma forma, o prazo de 60 dias úteis para tomada de decisão é suspenso se forem solicitados esclarecimentos ou documentos em falta, o que só pode ocorrer por uma vez, conforme disposto no nº 4, do artigo 25º, do Decreto-Lei nº 20-A/2023, de 22 de março.

Onde são comunicadas as decisões às entidades candidatas:

As entidades que se candidatam ao apoio recebem as notificações da proposta de decisão e da decisão final:

- na sua área reservada no Balcão dos Fundos;
- através do serviço público de notificações eletrónicas (SPNE).

Aceitação ou não aceitação da decisão:

Nos termos do nº 1, do artigo 26º, do Decreto-Lei nº 20-A/2023, de 22 de março, na sua redação atual, a aceitação da decisão de aprovação da candidatura é feita pelo beneficiário mediante assinatura do Termo de Aceitação, através de assinatura digital qualificada, com atributos profissionais suficientes para o ato que comprove os poderes de representação do beneficiário pelo subscritor.

Conforme disposto no nº 1, do artigo 27º, do Decreto-Lei nº 20-A/2023, de 22 de março, na sua redação atual, o beneficiário deve submeter no Balcão dos Fundos, no prazo de 30 dias úteis a contar da data de notificação da decisão, o Termo de Aceitação devidamente assinado. O não cumprimento deste prazo pode implicar a caducidade da decisão de aprovação.

Onde são publicadas as listas das candidaturas aprovadas:

As listas de candidaturas aprovadas são publicadas nos sites do Programa Centro2030 e do Portugal 2030.

Pedidos de alteração às candidaturas:

As alterações aos elementos constantes do termo de aceitação estão sujeitas a nova decisão da autoridade de gestão. É necessária a assinatura de um novo termo de aceitação, caso se trate de alterações aos elementos de identificação dos beneficiários e seus representantes legais, à identificação do programa, do fundo, da prioridade, do objetivo específico, da tipologia de intervenção e/ou operação ou, ainda, alterações ao montante do apoio público e a respetiva taxa de cofinanciamento, com explicitação das fontes de financiamento europeu e nacional ou aos indicadores de realização e resultado e as metas a atingir. A decisão sobre a alteração da candidatura pode ser de aprovação, não aprovação ou de aprovação condicionada à satisfação de determinados requisitos.

Anexos

Anexo A. Definições

Anexo B. Documentos necessários para apresentar uma candidatura

Anexo C. Sectores, Domínios e Tecnologias críticas do Regulamento STEP

Anexo D. Referencial de Mérito

Anexo E. Receitas e Sustentabilidade

Anexo F. Auxílios de Estado

Anexo G. Condições DNSH e Metas Climáticas

Anexo H. Legislação e Regulamentação Aplicável

Anexo A. Definições

Cadeia de Valor: refere-se a: i) produtos finais; ii) componentes e máquinas específicos utilizados principalmente para o fabrico de produtos finais; iii) matérias-primas críticas; iv) serviços associados, específicos e críticos para o desenvolvimento ou o fabrico desses produtos finais; (conforme ponto 1.1.2 da Comunicação C/2024/3209).

Serviços Associados: incluem serviços especializados específicos e críticos para o desenvolvimento ou fabrico dos produtos finais abrangidos pelo âmbito de aplicação da STEP na medida em que reforçam o seu conteúdo e eficiência. Esses serviços associados são elegíveis para receber financiamento STEP enquanto projetos autónomos.

Exemplo: salas limpas para o fabrico de semicondutores, serviços de computação em nuvem/periférica, serviços de computação de alto desempenho, serviços de ensaio e experimentação, serviços de cibersegurança, IdC com utilização de recursos espaciais e serviços de conectividade segura específicos para o fabrico inteligente, tecnologias de posicionamento, navegação e cronometria (PNT) com utilização de recursos espaciais, serviços de monitorização e seguimento em tempo real e gestão de ensaios clínicos especializados para desenvolver novos produtos farmacêuticos. Os serviços auxiliares como atividades de TI, de aconselhamento ou jurídicas, só podem ser apoiados através da STEP se forem parte integrante do custo de investimento de um projeto da STEP. Estes serviços, por si só, não podem ser considerados projetos da STEP (conforme ponto 1.1.2 da Comunicação C/2024/3209).

Tecnologias Digitais: o programa Década Digital para 2030¹ estabelece metas e objetivos digitais no domínio das competências digitais, das infraestruturas digitais e da digitalização das empresas e dos serviços públicos, e menciona várias tecnologias digitais que contribuem para as metas e os objetivos, incluindo, entre outros, a inteligência artificial, o 5G, o 6G, a cadeia de blocos, a computação de alto desempenho, a computação em nuvem e periférica e a Internet das Coisas (conforme ponto 2.1.1 da Comunicação C/2024/3209).

Bioteecnologias: tecnologia a organismos vivos, bem como a partes, produtos e modelos desses organismos vivos, para modificar materiais vivos ou não vivos tendo em vista a produção de conhecimentos, bens e serviços. A biotecnologia pode também ser definida como/por qualquer aplicação tecnológica que utilize sistemas biológicos, organismos vivos ou seus derivados para a criação ou modificação de produtos ou processos para utilização específica. Os setores de aplicação das biotecnologias incluem setores industriais de base biológica (materiais de embalagem, têxteis, materiais compósitos, materiais de isolamento e construção, biocombustíveis, tintas, adesivos, solventes); serviços ambientais (biossensores, descontaminação do solo/água/ar); setor agroalimentar (biofertilizantes) ou setores farmacêutico e médico (vacinas, organoides, genes e terapia celular) (conforme ponto 2.3 da Comunicação C/2024/3209).

¹ [DECISÃO \(UE\) 2022/2481 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 14 de dezembro](#)

Carácter Inovador, Emergente e de Ponta, e Potencial Económico Significativo: elementos inovadores trazem o critério fundamental da “novidade”, conduzindo a melhorias ou alterações assinaláveis num determinado domínio ou indústria. Os elementos emergentes referem-se a novas tecnologias recentemente desenvolvidas, que podem, por exemplo, resultar da investigação fundamental e estão a começar a ganhar força e a dar sinais promissores de crescimento impacto significativos. Os elementos de ponta referem-se às tecnologias mais avançadas, inovadoras e sofisticadas atualmente disponíveis ou em desenvolvimento na União. O apoio da STEP deve dar prioridade às inovações revolucionárias, que possam configurar, perturbar ou criar mercados e proporcionar um potencial económico significativo à União. A importância do potencial económico deve ser avaliada em termos de tecnologias suscetíveis de dar resposta a uma variedade de mercados da União (em vez de mercados geograficamente limitados) ou de ter um impacto substancial no desenvolvimento ou no fabrico da tecnologia. As tecnologias da STEP são as que provavelmente terão os maiores efeitos indiretos noutros Estados-Membros, o que pode aumentar o potencial económico para o mercado único. Os efeitos indiretos transfronteiriços podem ser medidos em termos do seu contributo positivo para o crescimento, o emprego e os investimentos em I&D (conforme ponto 3.1 da Comunicação C/2024/3209).

Contribuir para a Liderança Industrial e Tecnológica da União: a liderança industrial e tecnológica da União nos setores da STEP pertinentes referidos na secção 2 conferiria à União uma vantagem competitiva no panorama tecnológico mundial e ajudaria a prevenir dependências. A STEP poderia, por exemplo, apoiar o desenvolvimento de técnicas de fabrico avançadas, como o fabrico aditivo, que poderiam reforçar a vantagem competitiva da União nas indústrias de alta tecnologia.

Contribuir para as Infraestruturas Críticas a Nível Europeu: o acesso sem restrições a componentes e tecnologias essenciais permitirá o desenvolvimento e fabrico ligados às infraestruturas críticas da União sem risco de perturbação ou atraso no aprovisionamento. A título de exemplo, a STEP poderia apoiar o desenvolvimento das tecnologias críticas necessárias, tanto no espaço como em terra, para os sistemas de satélites, bem como para as redes elétricas.

Aumentar a Capacidade de Fabrico: ao aumentar a capacidade de fabrico de matérias-primas críticas, componentes essenciais ou das cadeias de valor dentro da União, quando esta se confronta com um risco de dependência estratégica, alguns investimentos podem reduzir diretamente as dependências de fontes de países terceiros, reforçando assim a autossuficiência e a resiliência da União. A título de exemplo, a STEP poderia apoiar a criação de instalações de fabrico de componentes críticos e/ou da sua cadeia de valor, como instalações ligadas a baterias, circuitos integrados semicondutores ou produtos farmacêuticos.

Reforçar a Segurança do Aprovisionamento: o reforço da segurança do aprovisionamento de fatores de produção, componentes e tecnologias críticos na União pressupõe um amplo entendimento de que as dependências devem ser geridas coletivamente. Uma medida pode resolver um problema de segurança do aprovisionamento a nível regional, o que, por sua vez, reforça a capacidade da União para fazer face eficazmente às perturbações e vulnerabilidades do aprovisionamento em qualquer parte do seu território. A STEP poderia, por exemplo, apoiar a realocação da produção

de medicamentos críticos específicos sempre que exista uma dependência estratégica na União ou através do apoio a projetos de matérias-primas críticas.

Promover Efeitos Transfronteiriços Positivos no Mercado Interno: a promoção da cooperação e da coordenação no mercado interno pode ajudar a criar cadeias de abastecimento industrial e setores a jusante resilientes. Promove igualmente condições de concorrência equitativas, reduzindo assim as distorções e reforçando a competitividade global. A STEP poderia, por exemplo, apoiar o desenvolvimento coordenado de sistemas avançados de armazenamento de baterias para a integração das energias renováveis, congregando os conhecimentos especializados e recursos de todos os Estados-Membros.

Anexo B. Documentos necessários para apresentar uma candidatura²

A candidatura deve contemplar os seguintes documentos, a anexar ao formulário de candidatura, concretamente no ecrã «Documentos»:

DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS:

DOCUMENTO Nº 1: Memória descritiva³ (em observação pelo modelo disponibilizado como anexo ao AAC, com a designação “*DOC1_Modelo_Memória_Descritiva.docx*”) a qual deve abordar, a **título obrigatório**, os seguintes pontos:

SECÇÃO A: Entidade Beneficiária:

- A1. Identificação e descrição sumária;
- A2. Enquadramento, e respetiva fundamentação, nas tipologias de entidades beneficiárias estipuladas no AAC;
- A3. Localização física (sede e pólos, se estes existirem).

SECÇÃO B: Infraestrutura Tecnológica:

- B1. Identificação e descrição sumária da infraestrutura tecnológica tutelada e candidatada pela entidade beneficiária;
- B2. Enquadramento fundamentado nas tipologias de operações abrangidas pelo AAC;
- B3. Localização física;
- B4. Identificação e descrição sumária das áreas tecnológicas em que desenvolve atividade, e respetiva organização interna (laboratórios e/ou unidades funcionais e/ou plataformas tecnológicas);
- B5. Fundamentação da existência de competências próprias ao nível da produção da transferência de conhecimento e tecnologia no sector tecnológico STEP a que concorre e que essas competências são centrais na sua atividade atual.

SECÇÃO C. Operação:

- C1. Identificação clara e objetiva do enquadramento da operação nos sectores tecnológicos, domínios e tecnologias críticas abrangidas pelo Regulamento STEP (cfr. Anexo D, do AAC);

² A candidatura deve ser obrigatoriamente instruída e submetida com todos os documentos de apresentação obrigatória. **O não cumprimento desta condição pode implicar a tomada de decisão de não admissão da candidatura pela Autoridade de Gestão.**

³ A memória descritiva deve observar as seguintes regras:

- ser redigida em português;
- ter um máximo de 25 páginas;
- ser formatada com letra Arial e um tamanho de letra 10;
- as páginas devem seguir o tamanho A4, e todas as margens (superior, inferior, esquerda, direita) devem ter pelo menos 2 cm (excluindo cabeçalhos e rodapés);
- após preenchimento, a memória descritiva deve ser convertida para o formato PDF e submetido (por upload) no processo de submissão da candidatura.

- C2. Fundamentação do preenchimento pela operação de uma das duas condições definidas na secção 3 - Condições STEP, da Comunicação da Comissão C (2024) 3209, de 13 de maio (devidamente identificadas no campo “Finalidades e Objetivos” do AAC);
- C3. Identificação e caracterização dos serviços associados a colocar à disposição das empresas;
- C4. Fundamentação do grau de resposta da operação a insuficiências regionais (territoriais e setoriais ou temáticas), falhas de mercado e/ou procura pelas empresas;
- C5. Localização física dos investimentos candidatados, e respetiva organização interna prevista (integração ou criação de laboratórios e/ou unidades funcionais e/ou plataformas tecnológicas);
- C6. Identificação e descrição sumária das ações/medidas de divulgação da operação e resultados esperados;
- C7. Fundamentação dos indicadores de realização e de resultado propostos para a operação, com detalhe da metodologia de apuramento dos valores de referência (quando aplicáveis) e dos valores meta propostos em candidatura.

DOCUMENTO Nº 2: Autoavaliação de mérito do projeto, tendo por base os critérios que integram o Anexo D, do AAC, e com recurso ao modelo disponibilizado como anexo ao mesmo, com a designação [“DOC2_Modelo_Autoavaliação_Merito.docx”](#);

DOCUMENTO Nº 3: Declaração de compromisso de respeito e cumprimento pelos requisitos de elegibilidade e obrigações aplicáveis aos beneficiários e operações, e demais condições, em observação pelo modelo disponibilizado conjuntamente com o AAC, com a designação [“DOC3_Modelo_Declaração_Compromisso.docx”](#);

DOCUMENTO Nº 4: Documentação comprovativa de enquadramento em IVA, em observação pelo modelo disponibilizado conjuntamente com o AAC, com a designação [“DOC4_Modelo_Declaração_Enquadra_IVA.docx”](#), e nos termos nela definidos;

DOCUMENTO Nº 5: Plano de Investimentos do projeto, em observação pelo modelo de mapa orçamental disponibilizado conjuntamente com o AAC ([DOC5_Modelo_Map_a_orçamental.xlsx](#));

DOCUMENTO Nº 6: Documentos comprovativos de “Situação Económico-Financeira Equilibrada”, nos seguintes termos:

- a) **Para entidades de natureza privada**, a comprovação desta condição faz-se por demonstração de situação líquida positiva. Assim, em observação pelo disposto no nº 3, do Anexo III, do REITD:
- Se à data de submissão da candidatura as contas relativas ao exercício económico do ano pré-projeto (2025, enquanto ano civil anterior ao ano civil do mês de submissão da candidatura) estiverem fechadas, deve ser apresentado o Balanço e cópia da IES completa, relativos ao ano pré-projeto e reportados a 31 de dezembro;
 - Se à data de submissão da candidatura as contas relativas ao exercício económico do ano pré-projeto (2025, enquanto ano civil anterior ao ano civil do mês de submissão da candidatura) não estiverem fechadas, deve ser apresentado balanço intercalar posterior, com data posterior ao final do exercício anterior e anterior ou igual à

data da submissão da candidatura, e que deve refletir a posição financeira atualizada do beneficiário à data da submissão da candidatura. Neste caso, este balanço deve ser certificado por um ROC.

A título excecional, poderá ser utilizado a IES do último ano disponível, ou média aritmética simples dos dois últimos balanços disponíveis.

- b) **Para entidades de natureza pública**, a comprovação desta condição faz-se por demonstração de capacidade de financiamento da operação. Para aferição desta condição, deve ser apresentada declaração do responsável da entidade com competência para o ato, relativa ao compromisso de inscrição das verbas necessárias à realização da operação para os anos previstos em candidatura para a sua implementação;

DOCUMENTO Nº 7: Autoavaliação do alinhamento dos investimentos a realizar com o Princípio «Não Prejudicar Significativamente» (DSNH) e Metas Climáticas, em observação pelo disposto no Anexo G do presente Aviso, e com recurso ao modelo anexo ao Aviso ([DOC7_Modelo_Declaracao_Principio_DSNH_MetasClimaticas.docx](#));

DOCUMENTO Nº 8: Avaliação de receitas e sustentabilidade, em observação pelas regras e condições constante do Anexo E e com recurso ao documento anexo ao AAC, com a designação “[DOC8_Estudo de Viabilidade Financeira.xlsx](#)”;

DOCUMENTO Nº 9: Documentação comprovativa do grau de maturidade da operação, em observação pelo disposto na alínea c), do ponto 3.1, do campo “Condições Específicas de Acesso”, do AAC;

DOCUMENTO Nº 10: Licenciamentos, Pareceres e/ou Autorizações legalmente exigíveis, se aplicável.

DOCUMENTO Nº 11: Evidência documental comprovativa de que, à data da submissão da candidatura, o beneficiário estava devidamente registado no Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE), se aplicável;

DOCUMENTO Nº 12: Documento relativo ao enquadramento em AE pelos beneficiários, em observação pelo modelo disponibilizado conjuntamente com o AAC, com a designação “[DOC13_Enquadramento_AE.xlsx](#)”, e tendo por base as orientações constantes do Anexo F, do AAC.

DOCUMENTOS NÃO OBRIGATÓRIOS:

DOCUMENTO Nº 13: Outros documentos que a entidade considere relevantes para a análise técnica e financeira da candidatura.

Anexo C. Sectores, domínios e tecnologias críticas do Regulamento STEP

Sector Tecnológico das Tecnologias Digitais

Tecnologias Digitais

Domínios	Tecnologias (a título indicativo e não exaustivo)
Tecnologias avançadas de semicondutores	a) Microeletrónica, incluindo processadores; b) Tecnologias fotónicas, incluindo lasers de alta energia; c) Circuitos integrados de alta frequência; d) Equipamento de fabrico de semicondutores com dimensões de nós muito avançadas; e) Tecnologias de semicondutores qualificadas para uso espacial.
Tecnologias de inteligência artificial	a) Algoritmos de IA; b) Computação de alto desempenho (HPC); c) Computação em nuvem e periférica; d) Tecnologias de análise de dados; e) Visão computacional, processamento de linguagem, reconhecimento de objetos; f) Tecnologias de preservação da privacidade (por exemplo, aprendizagem federada).
Tecnologias quânticas	a) Computação quântica; b) Criptografia quântica; c) Comunicações quânticas; d) Distribuição de chaves quânticas (QKD); e) Detecção quântica, incluindo gravimetria quântica; f) Radar quântico; g) Simulação quântica; h) Imagística quântica; i) Relógios quânticos; j) Metrologia; k) Tecnologias quânticas qualificadas para uso espacial.
Tecnologias avançadas de conectividade, navegação e digitais	a) Comunicações digitais e conectividade seguras, tais como RAN e Open RAN (Rede de Acesso Rádio), 5G e 6G; b) Tecnologias de cibersegurança, incluindo cibervigilância, sistemas de segurança e interferência, e informática forense; c) Internet das Coisas e Realidade Virtual; d) Tecnologias de registo distribuído e de identidade digital; e) Tecnologias de orientação, navegação e controlo, incluindo a aviónica e o posicionamento marítimo, e PNT (posicionamento, navegação e cronometria) com utilização de recursos espaciais; f) Conectividade segura por satélite.
Tecnologias avançadas de teledeteção	a) Teledeteção eletro-óptica, por radar, química, biológica, radiológica e distribuída; b) Magnetómetros e gradiómetros magnéticos; c) Sensores de campo elétrico subaquáticos; d) Gravímetros e gradiómetros.
Robótica e sistemas autónomos	a) Veículos autónomos tripulados e não tripulados (espaciais, aéreos, terrestres, de superfície e submarinos), incluindo em «enxame»; b) Robôs e sistemas de precisão controlados por robôs; c) Exoesqueletos; d) Sistemas baseados em IA.

Sector Tecnológico das “Tecnologias Limpas e Eficientes na Utilização de Recursos”

Regulamento Indústria de Impacto Zero [\(ver aqui\)](#)

Domínios	Tecnologias (a título indicativo e não exaustivo)
Tecnologias solares	a) Tecnologias solares fotovoltaicas; b) Tecnologias solares termoeletricas; c) Tecnologias solares térmicas; d) Outras tecnologias solares.
Tecnologias eólicas em terra e tecnologias de energias renováveis no mar	a) Tecnologias eólicas em terra; b) Tecnologias de energias renováveis no mar.
Tecnologias de baterias e de armazenamento de energia	a) Tecnologias de baterias; b) Tecnologias de armazenamento de energia.
Bombas de calor e tecnologias de energia geotérmica	a) Tecnologias de bombas de calor; b) Tecnologias de energia geotérmica.
Tecnologias do hidrogénio	a) Eletrolisadores; b) ilhas de combustível a hidrogénio; c) Outras tecnologias do hidrogénio.
Tecnologias sustentáveis de biogás e biometano	a) Tecnologias sustentáveis de biogás; b) Tecnologias sustentáveis de biometano.
Tecnologias de captura e armazenamento de carbono	a) Tecnologias de captura de carbono; b) Tecnologias de armazenamento de carbono.
Tecnologias da rede elétrica	a) Tecnologias da rede elétrica; b) Tecnologias de carregamento elétrico para os transportes; c) Tecnologias de digitalização da rede; d) Outras tecnologias da rede elétrica.
Tecnologias de cisão nuclear	a) Tecnologias de energia de cisão nuclear; b) Tecnologias do ciclo do combustível nuclear.
Tecnologias de combustíveis alternativos sustentáveis	Tecnologias de combustíveis alternativos sustentáveis.
Tecnologias hidroelétricas	Tecnologias hidroelétricas.
Outras tecnologias de energias renováveis	a) Tecnologias de energia osmótica; b) Tecnologias de energia ambiente, com exceção das bombas de calor; c) Tecnologias de biomassa; d) Tecnologias de gases de aterro; e) Tecnologias de gases das estações de tratamento de águas residuais; f) Outras tecnologias de energias renováveis.
Tecnologias de eficiência energética relacionadas com o sistema energético	a) Tecnologias de eficiência energética relacionadas com o sistema energético; b) Tecnologias da rede de calor; c) Outras tecnologias de eficiência energética relacionadas com o sistema energético.
Tecnologias de combustíveis renováveis de origem não biológica	Tecnologias de combustíveis renováveis de origem não biológica.
Soluções biotecnológicas para o clima e a energia	Soluções biotecnológicas para o clima e a energia.
Tecnologias industriais transformadoras para a descarbonização	Tecnologias industriais transformadoras para a descarbonização.
Tecnologias de transporte e utilização de CO2	a) Tecnologias de transporte de CO2; b) Tecnologias de utilização de CO2.
Tecnologias de propulsão eólica e elétrica para os transportes	a) Tecnologias de propulsão eólica; b) Tecnologias de propulsão elétrica.
Outras tecnologias nucleares	Outras tecnologias nucleares.

Recomendação da Comissão relativa aos domínios tecnológicos críticos para a segurança da EU [\(ver aqui\)](#)

Domínios	Tecnologias (a título indicativo e não exaustivo)
Tecnologias avançadas de materiais, fabrico e reciclagem	a) Tecnologias para nanomateriais; b) Materiais inteligentes; c) Materiais cerâmicos avançados; d) Materiais furtivos; e) Materiais seguros e sustentáveis desde a conceção; f) Fabrico aditivo; g) Fabrico de microprecisão de controlo digital e maquinagem/soldadura por laser em pequena escala; h) Tecnologias de extração; i) Transformação e reciclagem de matérias-primas críticas e outros componentes (por exemplo, catalisadores, baterias), incluindo extração hidrometalúrgica, biolixiviação, filtração baseada em nanotecnologias, processamento eletroquímico e massa negra
Tecnologias vitais para a sustentabilidade, como a purificação da água e a dessalinização	Tecnologias de purificação e dessalinização.
Tecnologias de economia circular	a) Tecnologias para a reutilização e reciclagem de equipamentos eletrónicos (resíduos eletrónicos); b) Tecnologias de bioeconomia circular (por exemplo, para conversão de resíduos em materiais ou energia de base biológica valiosos).

Sector Tecnológico das “Biotecnologias”

Biotecnologias

Domínios	Tecnologias (a título indicativo e não exaustivo)
ADN/ARN	a) Genómica; b) Farmacogenómica; c) Sondas genéticas; d) Engenharia genética; e) Sequenciação/síntese/amplificação de ADN/ARN; f) Definição de perfis de expressão genética e utilização de tecnologia antissentido; g) Síntese de ADN em grande escala; h) Novas técnicas genómicas; i) Genética dirigida.
Proteínas e outras moléculas	a) Sequenciação/síntese/engenharia/fabrico de proteínas e péptidos (incluindo hormonas de elevado peso molecular); b) Métodos melhorados de administração para medicamentos com moléculas de elevado peso molecular; c) Proteómica; d) Sinalização; e) Isolamento e purificação de proteínas; f) Identificação de recetores celulares; g) Desenvolvimento de produtos policlonais.
Cultura e engenharia de células e tecidos	a) Cultura de células/tecidos; b) Engenharia de tecidos (incluindo suportes para tecidos e engenharia biomédica); c) Fusão celular; d) Tecnologias de reprodução assistida por marcadores; e) Engenharia metabólica; f) Tterapias celulares; g) Bioimpressão de células/órgãos de substituição.

Técnicas de biotecnologia de processos	a) Fermentação com recurso a biorreatores; b) Biorrefinação; c) Bioprocessamento; d) Biolixiviação; e) Biodessulfuração; f) Biorremediação; g) Biosensores; h) Biofiltração e fitorremediação; i) Aquicultura molecular; j) Proteção e descontaminação, incluindo agentes de descontaminação humana; k) Biocatálise, novas técnicas de ensaio adequadas para triagem automatizada em larga escala; l) Melhoria dos processos e otimização da distribuição de medicamentos biológicos e medicamentos de terapia avançada.
Vetores de genes e ARN	a) Terapia génica; b) Vetores virais.
Bioinformática	a) Criação de bases de dados sobre genomas; b) Sequências proteicas; c) Modelação de processos biológicos complexos, incluindo a biologia sistémica; d) Desenvolvimento de genómica personalizada.
Nanobiotecnologia	Aplicação das ferramentas e processos de nano/microfabrico para construir dispositivos para o estudo de biosistemas e aplicações na administração de medicamentos, diagnóstico e fabrico.

Medicamentos Críticos

Lista da União de Medicamentos Críticos ([ULCM - Union List of Critical Medicines](#)), gerida pela Agência Europeia de Medicamentos (EMA)

Anexo D. Receitas e Sustentabilidade

Determina o **artigo 167ºA - Receitas, do REITD**, na sua redação atual, o seguinte:

1. Nas operações com custo total elegível igual ou superior a um 1.000.000€, que não constituam um auxílio de estado, a despesa elegível a contratualizar com os beneficiários poderá ser reduzida tendo em conta o potencial da operação para gerar receita líquida ao longo de um determinado período de referência durante a fase de exploração (cfr. nº 1, do artigo 167ºA).

Neste caso, o beneficiário deve apresentar os pressupostos financeiros subjacentes ao apuramento do Défice de Financiamento do projeto, mediante preenchimento da parte C (separadores C.Défice_Financiamento e C.Pressupostos) do documento "DOC8_Estudo de Viabilidade Financeira.xlsx" (anexo ao AAC).

O preenchimento do quadro excel constante do separador C.Défice_Financiamento deverá ser baseado nos seguintes pressupostos:

- a) Os custos e as receitas apurados devem refletir uma análise incremental, devendo constar somente os acréscimos provenientes da realização da operação proposta, isto é, não deverão ser considerados custos/receitas pré-existent;
- b) A evolução das receitas e dos custos deverá ser realizada a preços constantes (taxa de inflação = 0%);
- c) O período de referência a considerar para efeitos de apuramento do défice será de 15 anos contados a partir do 1º ano da programação financeira do investimento apurada em sede de aprovação.

2. Nas operações com custo total elegível inferior a um 1.000.000€, que não constituam um auxílio de Estado, as receitas geradas durante a execução da operação devem ser obrigatoriamente comunicadas pelos beneficiários em sede de saldo final e são relevadas como fonte de financiamento a título de contribuição pública ou privada. Quando as receitas excederem o nível da contribuição pública ou privada decidida em sede de apuramento do saldo final, o excesso será abatido ao financiamento atribuído através de uma redução da taxa de apoio, a calcular em sede de decisão desse saldo final.

Neste caso, o beneficiário está obrigado:

- a) ao preenchimento da parte A do documento "DOC8_Estudo de Viabilidade Financeira.xlsx" (anexo ao presente AAC), receitas essas a confirmar em sede de saldo final. Caso contrário, esse quadro deve ser preenchido a zero;
- b) à demonstração da sustentabilidade da operação após realização do investimento, devendo, para o efeito, ser preenchida a parte B do documento "DOC8_Estudo de Viabilidade Financeira.xlsx" (anexo ao AAC).

Anexo E. Auxílios de Estado

1. Nos termos do artigo 164º, do REITD, na sua redação atual, para poder beneficiar da **taxa máxima de apoio** estipulada no AAC, **de 85%**, o beneficiário deve demonstrar que o incentivo concedido não se enquadra no regime de Auxílios de Estado, nos termos previstos no enquadramento dos auxílios estatais à investigação, desenvolvimento e inovação ([Comunicação 2022/C 414/01](#)) relativamente ao financiamento público de atividades não económicas.
2. O não enquadramento do apoio nas regras de auxílios de estado é cumprido quando o beneficiário (ENESII) comprovar, através das suas demonstrações financeiras anuais, que permanece com um carácter não económico, ou seja, que verifica uma das seguintes condições:
 - i. Não desenvolve atividades económicas em concorrência de mercado;
 - ii. Desenvolve atividades económicas em concorrência de mercado, mas a capacidade anualmente imputada (tais como material, equipamento, mão-de-obra e capital fixo) a essas atividades económicas não excede 20% da sua capacidade global anual;
 - iii. Desenvolve atividades económicas em concorrência de mercado e a capacidade anualmente imputada a essas atividades económicas excede 20% da sua capacidade global anual, mas dispõe de um sistema de contabilidade analítica com uma clara separação de gastos e rendimentos que permite a verificação de que o financiamento público não excede os custos das atividades não económicas, ou seja, que os apoios às atividades não económicas não foram canalizados para o financiamento de atividades económicas.
3. Desta forma, para poder beneficiar da taxa máxima de apoio estabelecida no AAC, de 85%, o beneficiário deve apresentar a declaração disponibilizada como anexo ao AAC, com a designação “[DOC13_Enquadramento_AE.xlsx](#)”, subscrita pelo Revisor Oficial de Contas, Contabilista Certificado ou Responsável Financeiro da instituição (consoante a sua natureza jurídica). O preenchimento desta declaração deve obedecer ao seguinte:
 - **Em fase de candidatura, a declaração deve ser reportada ao ano pré-projeto (2025);**
 - **Em fase de execução, e durante o ciclo de vida da operação, deve ser apresentada a referida declaração numa base anual.**O não preenchimento e submissão em candidatura deste documento determina que o beneficiário seja tratado como desenvolvendo atividade económica e como sendo uma empresa, com as devidas consequências no cálculo do incentivo a atribuir, nos termos identificados no nº 4.
4. Nos termos do artigo 168º, do REITD, na sua versão atual, as operações em que se conclua que o apoio a conceder configura um Auxílio de Estado serão enquadradas no artigo 27º, do [Regulamento \(UE\) nº 651/2014](#), de 17 de julho, na sua redação atual. Decorrente desse enquadramento, e conforme disposto nº 6, do referido Regulamento, bem como na alínea a), do nº 3, do artigo 164º, do REITD, na sua redação atual, a **taxa máxima de apoio** a atribuir a essas operações será **de 65%**.

Anexo F. Referencial de Mérito

A metodologia para seleção das operações é baseada no indicador de Mérito do Projeto (MP), determinado pela soma ponderada das pontuações obtidas nos critérios de 1º nível de acordo com a seguinte fórmula:

$$MP = 20\% \cdot A + 30\% \cdot B + 10\% \cdot C + 40\% \cdot D$$

em que:

A. Adequação à Estratégia

B. Qualidade

C. Capacidade de Execução

D. Impacto

A pontuação dos critérios é atribuída numa escala compreendida entre 1 e 5, correspondendo à seguinte apreciação:

5 pontos	Muito Bom	A candidatura endereça todos os aspetos relevantes do critério de seleção, não existindo debilidades de relevo a registar.
4 pontos	Bom	A candidatura endereça o critério de seleção com elevada qualidade, com pontuais debilidades.
3 pontos	Suficiente	A candidatura endereça o critério de seleção com elevada qualidade, com moderadas debilidades.
2 pontos	Insuficiente	A candidatura não endereça suficientemente o critério de seleção, existindo debilidades significativas.
1 ponto	Muito Insuficiente	O critério de seleção não é endereçado de forma adequada.

O resultado do MP é arredondado às centésimas.

Para efeitos de hierarquização e potencial seleção para cofinanciamento, as operações devem obter **uma pontuação final de MP igual ou superior a 3,00 pontos**.

As operações que cumpram este requisito são objeto de hierarquização por ordem decrescente do MP e selecionadas até ao limite da dotação orçamental definida no AAC, fixando-se o limiar de seleção do concurso.

Em caso de empate, o critério de desempate será em função da operação com maior pontuação no critério D, posteriormente no critério B e, por fim, a data da entrada de candidatura (dia/hora/minuto/segundo).

A. ADEQUAÇÃO À ESTRATÉGIA:

A avaliação deste critério de 1º nível observa os seguintes três critérios de 2º nível:

A1. Alinhamento às prioridades definidas na RIS3 Regional

A2. Adequação da operação aos objetivos e indicadores do Programa

A3. Alinhamento com os objetivos da Iniciativa STEP

Em que:

$$A = 30\% \cdot A1 + 30\% \cdot A2 + 40\% \cdot A3$$

A1. Alinhamento às prioridades definidas na RIS3 Regional

Neste critério é avaliado o grau de alinhamento da operação com a estratégia regional de especialização inteligente (RIS3–Centro), segundo o seguinte referencial:

O projeto está alinhado com, pelo menos, uma Linha de Ação e pelo menos um domínio diferenciador e cumpre uma das seguintes condições: (i) contribui de forma clara e diferenciadora para a economia regional e/ou para o ecossistema regional de inovação; (ii) produz efeitos de arrastamento nas cadeias de valor/efeitos de disseminação na região.	4
O projeto está alinhado com, pelo menos, uma Linha de Ação e pelo menos um domínio diferenciador.	3

Estas pontuações podem ser **majoradas em 1 ponto** no caso de **projetos integrados na Estratégia dos Semicondutores e Microeletrónica da Região Centro**.

Cabe ao beneficiário justificar o contributo do projeto para as prioridades RIS3 do Centro 2021-2027 ([ver aqui](#)) (cfr. Documento nº2, do Anexo B, do AAC).

A2. Adequação da operação aos objetivos e indicadores do Programa

Neste critério é avaliado o contributo da operação para o indicador de resultado “RCR102 - Empregos de investigação criados nas entidades apoiadas (ETI Anuais)”, nos seguintes termos:

Está prevista a criação de 3 ou mais empregos de investigação (ETI Anuais)	5
Está prevista a criação de 1 ou 2 empregos de investigação (ETI Anuais)	3
Não está prevista a criação de novos empregos (ETI Anuais)	1

A3. Alinhamento com os objetivos da Iniciativa STEP

Neste critério é avaliado o grau de alinhamento da operação relativamente ao objetivo da plataforma STEP - Desenvolvimento e fabrico de tecnologias críticas em toda a União, nos setores tecnológicos associados a i) tecnologias digitais; ii) tecnologias limpas e eficientes na utilização de recursos; iii) e biotecnologias (cfr. Anexo B do AAC), tendo por base a seguinte grelha de avaliação:

A operação demonstra alinhamento claro com os objetivos da Iniciativa STEP, enquadrando-se diretamente em 5 ou mais domínios abrangidos pelo setor tecnológico STEP coberto pela candidatura	5
A operação demonstra alinhamento claro com os objetivos da Iniciativa STEP, enquadrando-se diretamente em 2, 3 ou 4 domínios abrangidos pelo setor tecnológico STEP coberto pela candidatura	4
A operação demonstra alinhamento claro com os objetivos da Iniciativa STEP, enquadrando-se diretamente em apenas 1 domínio abrangido pelo setor tecnológico STEP coberto pela candidatura	3

B. QUALIDADE:

A avaliação deste critério de 1º nível observa os seguintes dois critérios de 2º nível:

B1. Coerência e adequação da operação e do plano de trabalho face ao diagnóstico de necessidades e aos objetivos visados

B2. Maturidade técnica e financeira do Projeto

Em que:

$$B = 50\% \cdot B1 + 50\% \cdot B2$$

B1. Coerência e adequação da operação e do plano de trabalho face ao diagnóstico de necessidades e aos objetivos visados

Neste critério é avaliada a pertinência dos objetivos a atingir, a adequação e necessidade dos investimentos a realizar face à concretização desses objetivos, bem como a existência de mecanismos de acompanhamento, monitorização e avaliação da eficácia da operação, tendo por base a seguinte grelha de avaliação:

O beneficiário apresenta, de forma clara, detalhada e justificada, um diagnóstico das necessidades, objetivos e um plano de investimentos detalhado e fundamentado para prosseguir esses objetivos, prevendo mecanismos de acompanhamento, monitorização e avaliação da eficácia da operação	5
O beneficiário apresenta um diagnóstico das necessidades, objetivos e um plano de investimentos para prosseguir esses objetivos, e prevê mecanismos de acompanhamento, monitorização e avaliação da eficácia da operação, mas o detalhe descritivo apresenta insuficiências.	3
O beneficiário não apresenta qualquer detalhe descritivo e fundamentado que permita aferir da coerência e adequação da operação e do plano de investimentos ao diagnóstico de necessidades e aos objetivos visados	1

B2. Maturidade técnica e financeira do Projeto

Neste critério é avaliada a maturidade das soluções técnicas e tecnológicas da operação e a adequação da componente financeira para o cumprimento dos objetivos da operação, incluindo a apresentação de um plano de viabilidade financeira que inclua, para além da programação do investimento da operação, o seu funcionamento posterior onde deve constar (caso se aplique) aspetos como atualização periódica de equipamentos e indicação do financiamento futuro de projetos de IC&DT, em função da seguinte grelha de avaliação:

O beneficiário justifica o grau de maturidade das soluções técnicas e tecnológicas da operação e a adequação da componente financeira, numa lógica de aceleração e antecipação de resultados da operação, e apresenta evidências (e.g.: projeto de execução completo, licenciamentos, comprovativos de adjudicação ou outros documentos), bem como um plano de viabilidade financeira que inclua, para além da programação do investimento da operação, o seu funcionamento posterior onde deve constar (caso se aplique) aspetos como atualização periódica de equipamentos e indicação do financiamento futuro de projetos de IC&DT	5
O beneficiário justifica o grau de maturidade das soluções técnicas e tecnológicas da operação e a adequação da componente financeira, numa lógica de aceleração e antecipação de resultados da operação, mas não apresenta evidências suficientes, nem um plano de viabilidade financeira completo	3
O beneficiário não justifica nem evidencia o grau de maturidade das soluções técnicas e tecnológicas da operação e a adequação da componente financeira, numa lógica de aceleração e antecipação de resultados da operação	1

C. CAPACIDADE DE EXECUÇÃO:

A avaliação deste critério de 1º nível observa o seguinte critério de 2º nível:

C1. Capacidade de gestão e implementação da operação

Em que:

$$C = 100\% \cdot C1$$

Neste critério é avaliada a adequação do perfil da entidade beneficiária à natureza da operação, bem como a sua capacidade técnica (meios humanos), física e financeira para a implementação do plano de trabalhos e concretização dos objetivos previstos, em função da seguinte grelha de avaliação:

Existe identificação fundamentada e, sempre que aplicável, quantificada dos meios físicos, humanos e financeiros envolvidos na operação, sustentando a sua adequação aos métodos propostos para atingir os objetivos e à garantia de sustentabilidade futura das intervenções do projeto e quando o plano de atividades a desenvolver se apresenta bem detalhado, fundamentado, estruturado e coerente com a concretização do plano de investimentos e dos objetivos da candidatura	5
Existe uma adequação do plano de atividades a desenvolver e dos meios físicos, humanos e financeiros envolvidos na operação projeto aos métodos propostos para atingir os objetivos e à garantia de sustentabilidade futura das intervenções do projeto, mas a sua identificação e fundamentação não apresenta detalhe	3
Não é fundamentada a adequação do plano de atividades a desenvolver e dos meios físicos, humanos e financeiros envolvidos no projeto aos métodos propostos para atingir os objetivos e à garantia de sustentabilidade futura das intervenções do projeto	1

D. IMPACTO:

A avaliação deste critério observa os seguintes três critérios de 2º nível:

D1. Impacto da operação ao nível do posicionamento da região na cadeia de valor global

D2. Contributo da operação para o reforço da autonomia estratégica e da competitividade da União Europeia (UE)

D3. Contributo da operação para a redução das dependências estratégicas da União Europeia (UE)

Em que:

$$D = (a)\% \cdot D1 + (b)\% \cdot D2 + (c)\% \cdot D3$$

Sendo que (a), (b) e (c) podem assumir valores nos seguintes intervalos de ponderação:

Se a operação contribui exclusivamente para o reforço da autonomia estratégica e da competitividade da UE (critério D2):

$$D = 25\% \cdot D1 + 75\% \cdot D2 + 0\% \cdot D3$$

Se a operação contribui exclusivamente para a redução das dependências estratégicas da UE (critério D3):

$$D = 25\% \cdot D1 + 0\% \cdot D2 + 75\% \cdot D3$$

Se a operação contribuir simultaneamente para o reforço a autonomia estratégica e da competitividade da UE e para a redução das dependências estratégicas da UE (critérios D2 e D3):

$$D = 25\% \cdot D1 + 40\% \cdot D2 + 35\% \cdot D3$$

Neste caso, na medida em que as operações cumpram as duas condições STEP, sendo por isso consideradas operações com duplo valor acrescentado europeu, sem prejuízo da pontuação obtida nos critérios D2 e D3, será atribuída uma pontuação adicional de 0,5 pontos em cada um destes critérios (D2 e D3), num total de 1, tendo como limite a pontuação máxima de 5 pontos em cada um deles.

D1. Impacto da operação ao nível do posicionamento da região na cadeia de valor global

Neste critério é avaliado o contributo da operação (incluindo novos produtos, serviços, processos ou sistemas resultantes da mesma, que respondam a necessidades do mercado e a propensão para mercados internacionais, bem como o potencial complemento ou ascensão em cadeias de valor) para o reforço do posicionamento da região na cadeia de valor global, avaliando a relevância regional, nacional e internacional das ações a desenvolver pela operação.

A avaliação observa a seguinte grelha de avaliação:

A operação contribui de forma clara e relevante para o reforço do posicionamento da região em cadeias de valor globais associadas a tecnologias críticas STEP, através do desenvolvimento de novos produtos, serviços ou capacidades com elevada relevância internacional	5
A operação contribui para o posicionamento da região em cadeias de valor associadas a tecnologias STEP, com impacto identificável ao nível regional e nacional	3
A operação não evidencia contributo relevante para o posicionamento da região em cadeias de valor associadas a tecnologias STEP	1

D2. Contributo da operação para o reforço da autonomia estratégica e da competitividade da União Europeia (UE)

Neste critério é avaliado o impacto da operação para o reforço da autonomia estratégica e da competitividade da UE, designadamente ao nível da resposta a necessidades identificadas no fabrico de tecnologias críticas, que introduzam no Mercado Interno um elemento inovador, emergente e de ponta (a combinação de pelo menos dois desses elementos poderá fazer com que uma tecnologia seja considerada crítica), e com potencial económico significativo, seja pela capacidade das tecnologias darem resposta a uma variedade de mercados da União (em vez de mercados geograficamente limitados) ou pela capacidade de ter um impacto substancial no desenvolvimento ou no fabrico da tecnologia.

A operação é, assim, avaliada em função dos seguintes dois parâmetros, cada um com um peso de 50% na pontuação final do critério D2:

• Ambição Tecnológica:

É avaliado o impacto da operação nas seguintes três dimensões:

- introdução de uma inovação através de uma novidade em termos tecnológicos, por introdução de uma melhoria ou mudança numa área específica ou indústria; e/ou
- elementos emergentes, com tecnologias novas ou em desenvolvimento, que estejam a ganhar tração e prometam escalabilidade ou impacto significativo; e/ou
- elementos de ponta, com tecnologias muito recentes e sofisticadas que estejam em investigação e desenvolvimento na UE.

A avaliação observa a seguinte grelha de avaliação:

A operação contribui para as 3 dimensões	5
A operação contribui para 2 das 3 dimensões	3
A operação contribui para 1 das 3 dimensões	1

• Potencial Económico:

É avaliado o impacto da operação nas seguintes duas dimensões:

- potencial de escalabilidade aplicada em geografias alargadas (variedade de mercados da União), posicionamento

de referência e efeitos de arrastamento dentro da UE de tecnologias suscetíveis de dar resposta a uma variedade de mercados da União;

- b) ter um impacto substancial no fabrico da tecnologia com elevado grau de prontidão tecnológica que permita a sua rápida adoção em toda a união.

A avaliação observa a seguinte grelha de avaliação:

A operação contribui para as 2 dimensões	5
A operação contribui para apenas 1 dimensão	3

D3. Contributo da operação para a redução das dependências estratégicas da União Europeia (UE)

Neste subcritério é avaliado o contributo da operação para a redução das dependências estratégicas da UE, designadamente ao nível do desenvolvimento e prestação de serviços associados que preservem ou reforcem as cadeias de valor afetas ao desenvolvimento ou fabrico de tecnologias críticas dentro da EU, preservando, assim, a integridade do Mercado Interno.

A operação é, assim, avaliada em função do seu contributo para as seguintes cinco dimensões:

- a liderança industrial e tecnológica da UE;
- as infraestruturas críticas a nível europeu;
- o aumento da capacidade de fabrico de matérias-primas críticas, componentes essenciais ou das cadeias de valor dentro da UE;
- o reforço da segurança do aprovisionamento de fatores de produção, componentes e tecnologias críticos na UE;
- a promoção de efeitos transfronteiriços positivos no mercado interno.

A avaliação observa a seguinte grelha de avaliação:

A operação contribui para 4 ou mais dimensões	5
A operação contribui para 3 dimensões	3
A operação contribui para 2 ou menos dimensões	1

Anexo G. Condições DNSH e Metas Climáticas

De acordo com o texto do Programa Regional do Centro 2021-2027 (Decisão C/2025/837, de 15 de dezembro), as intervenções previstas realizar no Objetivo Específico RSO1.6. - “Apoiar investimentos que contribuam para os objetivos da Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa (STEP) a que se refere o artigo 2º do Regulamento (UE) 2024/795, do Parlamento Europeu e do Conselho (FEDER)”, foram avaliadas como compatíveis com o princípio DNSH na aceção do artigo 17º, do Regulamento (UE) 2020/852, uma vez que respeitam a orientação técnica do MRR relativa ao DNSH.

Por outro lado, face à obrigatoriedade regulamentar de cumprimento de dotação mínima de contributo dos programas regionais para as metas climáticas e ambientais, serão privilegiadas as operações, que cumpram os requisitos previstos no Anexo I do Regulamento (EU) 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho de 2021, na sua redação atual.

Neste âmbito as intervenções objeto de financiamento deverão contribuir, conforme aplicável, para o cumprimento dos objetivos ambientais definidos nos termos do artigo 17º, do Regulamento (UE) 2020/852, concretamente os seguintes:

- a) A mitigação das alterações climáticas;***
- b) A adaptação às alterações climáticas;***
- c) A utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos;***
- d) A transição para uma economia circular;***
- e) A prevenção e o controlo da poluição;***
- f) Requisitos relativos à “Proteção e o restauro da biodiversidade e dos ecossistemas”.***

Para este efeito, o beneficiário deve fundamentar o contributo da operação para esses objetivos, mediante preenchimento do documento anexo ao AAC, com a designação “[DOC7 Modelo Declaração DSNH MetasClimáticas.docx](#)”.

Anexo H. Legislação e Regulamentação Aplicáveis

EUROPEIA:

Regulamento (UE) 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de setembro

Regulamento (UE) 2021/1058 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho, relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e ao Fundo de Coesão

Regulamento (UE) 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho

Comunicação 2022/C 414/01, de 28 de outubro, relativa ao Enquadramento dos auxílios estatais à investigação, desenvolvimento e inovação para projetos que ultrapassem os limiares de notificação previstos no artigo 4º, do Regulamento (UE) nº 651/2014, de 17 de junho, na redação atual

Regulamento (UE) nº 651/2014, de 17 de junho, na sua redação atual, que declara certas categorias de auxílio compatíveis com o mercado interno, em aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado

Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e Conselho, de 27 de abril, relativo ao tratamento de dados

Regulamento (UE) nº 2024/795, de 28 de fevereiro (Regulamento STEP), que cria a Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa

Comunicação da Comissão C (2024) 3148, de 8 de maio, enquanto Nota de Orientação relativa a determinadas disposições do Regulamento (UE) nº 2024/795, de 29 de fevereiro

Comunicação da Comissão C (2024) 3209, de 15 de maio, enquanto Nota de Orientação relativa a determinadas disposições do Regulamento (UE) nº 2024/795, de 29 de fevereiro

Comunicação da Comissão C (2025) 6798, de 23 de dezembro, que esclarece elementos do Regulamento (UE) 2024/795 e da Comunicação C/2024/3209

Regulamento (UE) 2024/1735, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de junho, que cria um regime de medidas para o reforço do ecossistema europeu de fabrico de produtos de tecnologias neutras em carbono

Recomendação da Comissão (UE) 2023/2113, de 3 de outubro, relativa a domínios tecnológicos críticos para a segurança económica da UE, visando a realização de uma nova avaliação dos riscos com os Estados-Membros

Regulamento (UE) 2020/852, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao estabelecimento de um regime para a promoção do investimento sustentável

NACIONAL/REGIONAL:

Resolução do Conselho de Ministros nº 98/2020, de 13 de novembro, que aprova a Estratégia Portugal 2030

Acordo de Parceria 2021-2027

Decisão C (2025) 8376, de 15 de dezembro, que aprova a reprogramação do Programa Regional do Centro 2021-2027 (CCI 2021PT16FFPR004)

Decreto-Lei nº 5/2023, de 25 de janeiro, que estabelece o modelo de governação dos fundos europeus para o período de programação 2021-2027

Decreto-Lei nº 20-A/2023, de 22 de março, que estabelece o regime geral de aplicação dos Fundos Europeus - FEDER, FSE+, o FC, FEAMP, FTJ e FAMI para o período 2021-2027

Portaria nº 103-A/2023, de 12 de abril, na sua redação atual, que adota o Regulamento Específico da Área Temática Inovação e Transição Digital

Leis nº 58/2019 e nº 59/2019, ambas de 8 de agosto, sobre tratamento de dados pessoais

Despacho nº 15160/2024, de 27 de dezembro, relativo à atualização da lista de reconhecimento dos CTI - Centros de Tecnologia e Inovação

Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação (RJUE).